

IMPEACHMENT NO BRASIL: O GOVERNO TEMER E A PRIVATIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

IMPEACHMENT IN BRAZIL: TEMER GOVERNMENT AND PRIVATIZATION IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

JUICIO POLÍTICO EN BRASIL: EL GOBIERNO TEMER Y LA PRIVATIZACIÓN EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS

Júlio Carlos Figueiredo¹

Resumo: Este trabalho trata da questão do avanço das privatizações nas universidades públicas brasileiras ao avaliar, ainda que de forma preliminar, as principais iniciativas do governo Michel Temer que confluem nesta direção. A iniciativa de diminuir a oferta de vagas nas universidades públicas e as facilidades para a ação de grupos privados internacionais – seja incorporando ou associando-se a grupos privados brasileiros - ampliando sua presença no ensino superior no país confirma a linha política adotada. Trata-se mais uma vez de iniciativas de corte neoliberal que buscam recuperar as taxas de acumulação de capital em um cenário de crise econômica e política agravada no período pós-impeachment de Dilma Rousseff. A aprovação da PEC 55 revela o sentido geral dessa política que transfere aos trabalhadores a responsabilidade pela solução da crise, promovendo de imediato o aumento do desemprego, a retirada de investimentos em saúde e educação ao mesmo tempo em que garante o pagamento da dívida pública ao capital financeiro. A privatização das universidades públicas brasileiras desde o governo FHC, tendo prosseguimento nos períodos de Lula da Silva e Dilma Rousseff caracteriza um processo em curso onde o ensino público, em particular o ensino superior, está submetido a uma dupla apropriação: enquanto mercadoria e como setor público a serviço da acumulação privada. Assim, a área de educação, segmento tido inicialmente como pouco atrativo, passa a ser cobiçada pelo mercado e se destaca no conjunto de iniciativas do atual governo visando uma nova fase de privatizações no país.

Palavras-Chave: Privatizações nas universidades públicas brasileiras – Impeachment no Brasil: Governo Temer e o ensino superior público – Crise econômica e política no Brasil e a Educação Superior Pública.

Abstract: This paper deals with the question of the advancement of privatizations in Brazilian public universities when evaluating, albeit preliminary, the main initiatives of the Michel Temer government that come together in this direction. The initiative to reduce the supply of vacancies in public universities and the facilities for the action of international private groups - whether by incorporating or associating with private Brazilian groups - expanding its presence in higher education in the country confirms the adopted political line. These are once again neoliberal initiatives aimed at recovering the rates of capital accumulation in a scenario of economic and political crisis aggravated after impeachment period of Dilma Rousseff. The approval of PEC 55 reveals the general meaning of this policy, which gives workers the responsibility for solving the crisis, promoting an immediate increase in unemployment, the withdrawal of investments in health and education, while the public debt is being paid to financial capital. The privatization of Brazilian public universities since the FHC government, which has continued in the periods of Lula da Silva and Dilma Rousseff, characterizes an ongoing process where public education, in particular higher education, is subject to a dual appropriation: as a commodity and as a public sector in the service of private accumulation. Thus, the area of education, which initially had a low profile, is now coveted by the market and stands out in the set of initiatives of the current government aimed at a new phase of privatizations in the country.

Key words: Privatizations in Brazilian public universities - Impeachment in Brazil: Temer Government and public higher education - Economic and political crisis in Brazil and Public Higher Education.

Resumen: En este trabajo se aborda el tema de avance de la privatización en las universidades públicas brasileñas para evaluar, aunque de manera preliminar, las principales iniciativas del gobierno Michel Temer que convergen en esta dirección. La iniciativa para reducir la oferta de plazas en las universidades públicas y las instalaciones para la acción de las corporaciones multinacionales - ya sea incorporando o asociándose con grupos privados brasileños - la ampliación de su presencia en la educación superior en el país confirma la línea política adoptada. Es una vez más las iniciativas neoliberales que buscan recuperar las tasas de acumulación de capital en un escenario de crisis económica y política empeoró en el período posterior a la destitución, Dilma Rousseff. La aprobación de la PEC 55 indica la dirección general de esta política que transfiere a los empleados la responsabilidad de resolver la crisis, el fomento de inmediato el aumento del desempleo, la retirada de las inversiones en salud y educación, garantizando el pago de la deuda pública a capital financiero. La privatización de las universidades públicas de Brasil desde el gobierno de FHC, y continúa los períodos de Lula y Dilma Rousseff cuenta con un proceso continuo en el que la educación pública, particularmente la educación superior, se somete a una doble asignación: como una mercancía y como un sector servicio público a la acumulación privada. Por lo tanto, el área de la educación, el segmento tuvo inicialmente como poco atractivo, ahora codiciado por el mercado y se destaca en el conjunto de iniciativas gubernamentales actuales a una nueva fase de la privatización en el país.

Palabras clave: la privatización de las universidades públicas brasileñas - juicio político en Brasil: Gobierno Temer y educación superior pública - Crisis económica y los acontecimientos políticos en Brasil y Educación Superior Pública.

Introdução

Após o impeachment de Dilma Rousseff pode-se avaliar algumas consequências e desdobramentos do quadro político que se estabeleceu no país, tendo como referência as primeiras decisões tomadas pelo novo governo e os projetos aprovados ou em tramitação no congresso.

O processo de impeachment envolveu uma complexa articulação em que se destacam elementos com motivação imperialista (os EUA em especial), que contou no plano nacional com a anuência de parte do judiciário, com uma maioria parlamentar altamente conservadora e reacionária e, com o apoio decidido de uma mídia privatista que praticamente monopoliza os grandes meios de comunicação de massa no Brasil.

A solução política do impeachment revelou a capacidade que a burguesia brasileira ainda tem de mobilizar principalmente extratos médios da sociedade mais receptivos aos argumentos (neo) liberais, e que aparece neste momento, encoberto por questões como combate a corrupção, como se viu nos painéis e atos de rua.

Esta caracterização dá conta da complexidade da disputa política que se colocou no país a partir da eleição e início do segundo mandato da presidenta eleita, onde a crise chegou com força e impôs a busca de soluções para o problema da queda nas taxas de acumulação de capital no país.

É importante frisar que este viés moralista, que conseguiu junto aos seus apoiadores grande receptividade, não é novidade na nossa história, mas de imediato, para sua compreensão, exige a revisão dos textos que dão conta das principais características da nossa revolução burguesa, como nos trabalhos de Florestan Fernandes (2006).

Este novo período que o impeachment abre dá conta da profundidade da passagem de valores liberais e sua consolidação entre nós a despeito dos avanços conquistados pelo processo mais recente de (re) democratização no país.

Numa perspectiva abrangente da situação política que está colocada, importa registrar a relevância que assume a aprovação da PEC 55/16 – principal iniciativa do governo Temer até o momento,

que congela os gastos públicos por um período de 20 anos -, mas o que visa mesmo é desonerar o governo de investir em políticas públicas como saúde e educação principalmente, com o objetivo de garantir a geração de superávit primário e assim seguir realizando o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, ao mesmo tempo em que libera recursos para o financiamento da iniciativa privada no país.

Além do ataque aos direitos dos trabalhadores constantes na Constituição de 1988 e na CLT - são inúmeros projetos tramitando no Congresso com este objetivo ² - ainda tem a nova Reforma da Previdência que trará grandes perdas a todos os trabalhadores do país.

No que concerne ao tema da privatização das universidades públicas brasileiras a questão assume traços complexos, pois, envolve uma continuidade política que perpassa os governos de corte neoliberais, como Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC), e incluem os de Lula da Silva e Dilma Rousseff, governos que têm sua origem no processo de (re) democratização a que nos referimos.

A privatização das universidades públicas brasileiras não acontece de agora, ela acompanha a trajetória do processo de privatizações no período mais recente de nossa história, tendo como ponto de referencial principal o governo FHC - Fernando Henrique Cardoso, e se apresenta, no momento atual, com uma importância crucial por ter se transformado em segmento altamente cobiçado por grupos privados nacionais e internacionais em face da possibilidade de aferição de altos índices de lucratividade.

As privatizações na área de educação em geral, e em particular no ensino superior caracterizam bem esta mudança. Privatizados, em anos anteriores, os ativos mais lucrativos como - telecomunicações, mineração, petróleo e transportes, principalmente - a área de educação, inicialmente tida como segmento pouco atrativo, passa a ser cobiçada e é para onde o capital se dirige de maneira efetiva no presente.

Ela apresenta condições e possibilidades na atual conjuntura se lembrarmos da notória defasagem que existe no país entre a demanda e a baixa oferta de oportunidades de acesso ao ensino superior, mesmo comparando com os países sul-americanos.

Neste particular o ensino superior público brasileiro passa a ser alvo deste processo de cobiça por acumular a vantagem de ter uma trajetória consolidada junto à população, considerando a qualidade da formação que ainda oferece, e se transforma em alvo preferencial dos representantes dos grandes grupos empresariais nacionais e internacionais.

Esses grupos empresariais têm contado ainda com a disposição e conivência dos sucessivos governos nacionais, estaduais e locais, com a ação dos ministérios e reitorias que facilitam o trânsito dos seus interesses privatistas.

No que tange a “facilitação” para a o trânsito dos grupos estrangeiros interessados na ampliação da iniciativa privada no ensino superior no Brasil, o governo Temer acena com a promessa de um ambicioso programa de privatizações, financiados com recursos do BNDES (Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias público-privado, que possui natureza privada e patrimônio próprio).

Foi publicada, com este fim a MP 727/2016 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), onde elas (as parcerias público-privadas) são colocadas num nível superior, como atividade

estratégica para as obras de infraestrutura, não somente do governo federal, mas também dos estados e municípios.

Em outra iniciativa o Ministério da Educação do governo Temer publicou portaria no DOU de 14/10/2016 (nº 198, Seção 1, pág. 12), que dispõe sobre a redução de vagas autorizadas para curso de graduação nas IES – Instituições de Educação Superior. Ela define o setor público como alvo, se considerarmos o nível de ociosidade de vagas existente nas instituições privadas que serão beneficiadas.

A avaliação do período mais recente do processo de privatizações no país, no entanto, é que provoca maior polêmica, pois envolve a inclusão dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff como constando do período em que vem se processando a privatização do ensino superior, e gera questionamento entre forças políticas de diferentes matizes, principalmente das que fizeram parte da base de apoio político aos seus governos.

Existe certo consenso de que o período FHC é o que caracteriza o maior avanço das privatizações em geral, e, em especial, na área de educação superior no país onde os dados confirmam isto.

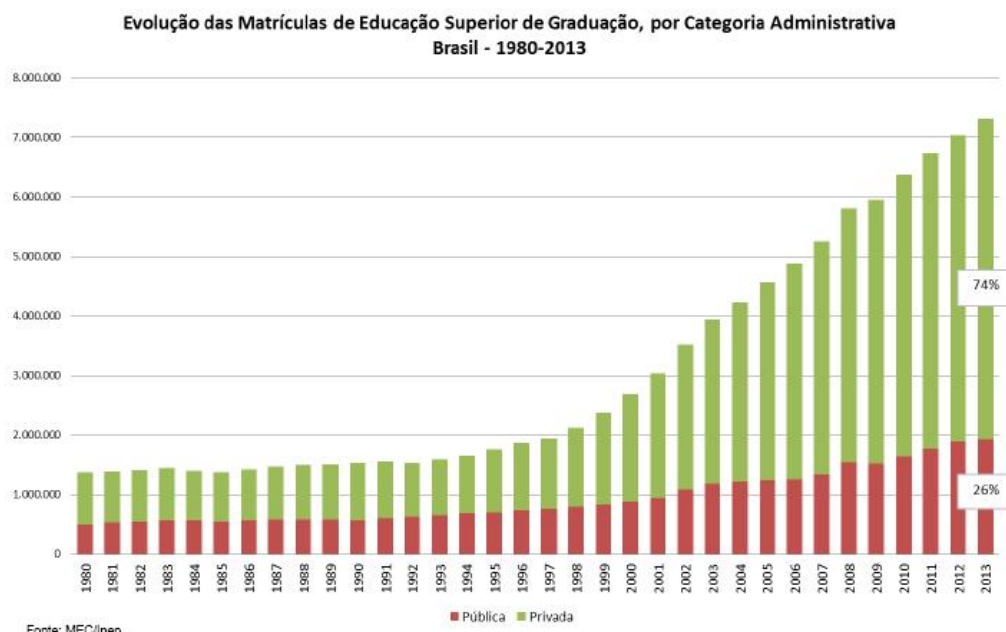
No restante da questão, principalmente no que envolve os governos do PT, existem posições diferenciadas e, como não poderemos fazer uma avaliação detalhada das mesmas, adiantamos que neste trabalho a questão central para avaliar as ações dos períodos de governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff para a educação superior no país será: A evolução em termos percentuais das matrículas de Educação Superior de Graduação, entre o número total de alunos matriculados nas universidades públicas e universidades privadas no período referencial deste trabalho – do início da década de 1990 até os dias atuais.

Esta relação foi o principal item político do compromisso, que na década de 1980 por ocasião das discussões em defesa da educação pública, foi colocado como parâmetro fundamental para se avaliar o grau de comprometimento de qualquer governo com o futuro da universidade pública brasileira.

Reverter o fluxo maior de matrículas no ensino superior nas universidades privadas, em benefício do aumento de vagas nas universidades públicas, ficou estabelecido como compromisso fundamental entre as forças ligadas aos partidos de esquerda a época (em especial ao PT), ao movimento sindical (em especial à CUT) e aos movimentos sociais em geral na década de 1980.

Propositamente enfatizaremos as matrículas na graduação, até porque as das pós-graduações revelam sentido de mão contrária, pois, concentra-se no ensino superior público, isto por não serem ainda de interesse do ensino privado em função da exigência de maior investimento para o seu funcionamento.

Podemos ver no gráfico abaixo, divulgado pelo MEC/Inep no Censo da Educação Superior de 2013, que o total de matrículas na graduação no ano, é da ordem de 74% no ensino superior privado e de 26% no ensino superior público.



No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,8%. As IES privadas têm uma participação de 74,0% no total de matrículas de graduação.

A constatação a que chegamos a partir dos dados do MEC/Inep, é de que o percentual de matrículas na rede privada de ensino superior em 2003 era pouco acima do percentual de 70%, e que em relação a 2013 (74%) houve aumento, portanto, ocorreu o contrário do compromisso político assumido de reversão do quadro.

O que constatamos, analisando os dados fornecidos pelo próprio governo, é que os percentuais revelam que a priorização de iniciativas emanadas do governo federal, seguida pela maior parte dos governadores e prefeitos dos mais diversos partidos políticos, apontam na direção da intensificação do processo de privatização do ensino superior no país.

Eles revelam a face cruel e distorcida do processo de privatização que vem dilapidando a universidade pública, representadas por iniciativas como:

- Aumento, ainda que insuficiente, de matrículas no ensino público sem a correspondente contratação de docentes para garantir o padrão de qualidade construído durante décadas (o aumento da relação professor aluno no período revela a “estratégia” que encobre a denominada expansão);
- Aumento significativo e necessário da pós-graduação, principalmente *stricto sensu*, porém exigindo mais dos mesmos e comprometendo inevitavelmente a reconhecida qualidade da graduação (uma alternativa perversa usada é a colocar os alunos do mestrado e do doutorado ministrando aula e distorcendo completamente o a qualidade do ensino da graduação nas universidades públicas, igualando-o ao oferecido na rede privada que, salvo exceções, caracteriza-se pela exploração e condições precárias de trabalho oferecidas aos docentes);

- Incentivo ao projeto de desqualificação do ensino público estabelecendo situações onde o que deveria ser acessório e complementar na aprendizagem dos discentes passa a ser o principal (aumento exponencial de grandes turmas onde o docente se transforma em palestrante e prioridade para os cursos à distância, que “[...] já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação” (MEC/Inep, 2013), sendo que 86,6% na rede privada).

Antecipando-nos a justificativa de que é necessário se considerar o fator tempo, diríamos que: o balanço dos doze anos de governo do PT nos autoriza afirmar que na área educacional, os rumos adotados pelas políticas do MEC indicam concretamente o fortalecimento de diretrizes conservadoras que beneficiaram os interesses privados, do que uma efetivação do compromisso assumido.

Programas como o Prouni, por exemplo, foi alardeado como capaz de ampliar a possibilidade de acesso ao ensino superior e conseguir que os empresários do ensino privado tivessem que devolver a sociedade, parte do que conseguem com dotações orçamentárias aprovadas por suas bancadas e lobistas no congresso.

Neste particular conseguiram seu maior objetivo, pois os dados que apresentamos sobre a relação entre o percentual de alunos matriculados no ensino superior privado, na relação com o ensino superior público confirma o êxito do programa, com o mérito de ainda evitar a falência de vários dos empresários da educação em vias de terem que fechar seus estabelecimentos diante do alto índice de inadimplência no pagamento dos valores das mensalidades.

Fica sempre a observação de que a maior parte dos recursos, que seguem anualmente para os empresários do ensino privado, poderiam ter sido investidos na abertura de maior número de vagas nas IES públicas no país.

Saviani (2011, p. 83) recompõe um argumento central, do Fórum das Entidades em Defesa da Escola Pública por ocasião da elaboração da LDB, na questão dos programas de transferências de recursos para as escolas particulares (no caso atual o PROUNI direcionado ao ensino superior): “[...] se há falta de vagas nas escolas públicas, com mais razão os recursos devem ser concentrados em investimento para criar mais vagas, não se justificando o repasse para escolas particulares”.

Crise dos anos 70 – neoliberalismo e as fases das privatizações no Brasil.

Uma avaliação mais precisa da questão das privatizações no Brasil exige a recuperação, ainda que sintética, de algumas das principais determinações econômicas, políticas e ideológicas que abriram passagem para o seu avanço a partir dos anos de 1990.

O que vai se apresentar então envolve diretamente a crise econômica que se instaura a partir do final da década de 1960 e primeira metade dos anos de 1970 e que recrudesce mais recentemente com os acontecimentos de 2007/2008, a partir da explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos.

A caracterização feita por Mandel (1990) é que melhor define o cerne da crise quando lembra que é uma crise clássica de superprodução (1990, p. 23).

Mészáros (2011), diante dos acontecimentos de 2008 vai além e afirma que é uma crise estrutural profunda e cada vez mais grave (2011, p. 02).

Vale recuperar as palavras de Harvey (1998) que realça a importância que assume a crise do fordismo, onde a incapacidade de comercialização dos seus produtos padronizados e repetitivos acaba levando a impossibilidade de realização do ciclo virtuoso que vinha funcionando desde o fim da segunda guerra (1998, p. 131).

Gurgel (2003) faz considerações sobre o papel que o Estado desempenhou no contexto pré e pós-crise e destaca um aspecto importante na discussão, ao afirmar que caberia ainda considerar as distorções causadas pela classe gestora do Estado que concorreram para a concentração de renda e que feriu de modo vertical o modelo Keynesiano-fordista-assistencial-burocrático, pois ao contrário de capacitar a massa consumidora para alimentar o ciclo virtuoso, transferiu dela para os estratos superiores os recursos para isso, o que gerou menor consumo, porque os ricos são mais propensos a poupar do que consumir (2003, p. 111).

Vieira, Mendes e Merlo (2013) destacam que a situação criada pela superacumulação de capitais que giram anos nos mercados financeiros exige a busca de soluções alternativas e é assim que vamos nos deparar com iniciativas de cunho neoliberal. Para eles, elas (re) aparecem como solução para o problema, onde a desestatização, grandes programas de privatização e delegação (concessões públicas) de ativos e serviços públicos é desenvolvida levando a que enfim os capitais se deslocassem para a economia real, investindo na compra de empresas públicas e sociedade de economia mista e/ou licitação de serviços públicos (2013, p. 234).

No Brasil a crise se depara com um contexto político em que a ditadura civil-militar que se instalou a partir de 1964 começa a encontrar resistências o que cria um quadro em que convivem simultaneamente iniciativas sintonizadas com as alternativas acima, porém tendo que conviver, com uma oposição que questionava o modelo imposto pelo regime e que vai encontrar nas greves do final dos anos 1970 o melhor exemplo.

As alternativas engendradas segundo o modelo neoliberal, em curso nos países centrais da economia capitalista, encontram entre nós um cenário complexo onde começavam a encontrar resistências na sociedade civil. Isto levou a que em grande medida elas não obtivessem a aceitação que os defensores das políticas neoliberais esperavam a época.

Diante deste quadro, a década de 1980 exige uma leitura mais apurada para a sua compreensão e avaliação, pois envolvem determinações no campo econômico, político e ideológico com alto grau de complexidade.

A década de 1980, a despeito de ser denominada de “década perdida” na perspectiva do capital, também está marcada pelo processo de redemocratização do país, saindo do período da ditadura civil-militar.

Assim, as lutas pela anistia, eleições diretas e convocação da constituinte imprimiam uma efervescência no plano político e geraram expectativas de mudanças que se descolava parcialmente do que

se passava no mundo, onde a classe trabalhadora enfrentava um período de perdas progressivas de direitos.

Podemos citar como exemplo os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, que se não atenderam a todas as expectativas de avanço, deixaram como resultado algumas conquistas de direitos aos trabalhadores e a consolidação de outros, que foram fruto de uma ampla participação popular.

Entre eles podemos citar, mesmo sendo egresso de período anterior, o fortalecimento da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, o que levou a uma situação, onde ainda hoje, ela segue sendo alvo de ataques permanentes dos representantes do capital, como no levantamento do DIAP sobre os projetos em tramitação atualmente no Congresso. Em sua maioria eles tratam de retirar direitos que ainda constam na CLT.

Podemos então entender que o avassalador processo de privatizações da década de 1990 é precedido por outros momentos em que a solução da crise do Capital por este caminho tinha precedentes.

Assim, a primeira fase das privatizações se dá durante a ditadura do governo do General João Batista Figueiredo (1979 – 1985) que tinha estabelecido o Decreto nº 76.215 de 25/07/1981 onde definia as regras para a transferência de empresas estatais para a iniciativa privada e, no período, aconteceram várias privatizações de empresas públicas, como a América Fabril, a Companhia Química do Recôncavo e a Fábrica de Papel e Celulose Riocell.

Lima (1998) conclui que: “Com Figueiredo cumpre-se, portanto a primeira etapa da política de privatizações, com o saldo de 20 estatais vendidas e mais 22 transferidas para os governos Estaduais ou fundidas a outras empresas” (1998, p. 10).

O governo Sarney (1985 – 1990) também (re) privatizou empresas devedoras do BNDES que tinham sido absorvidas pelo Estado.

Esta primeira fase não avançou mais em função dos acontecimentos políticos que envolvem o fim da ditadura a questão da redemocratização do país a que nos referimos anteriormente.

A vitória de Collor de Mello nas eleições diretas de 1989 e seu ataque aos serviços públicos e as empresas estatais, inaugura uma nova fase em que a questão das privatizações vai assumir, a partir de então, um papel preponderante na história do país.

Paulani (2010) afirma que desde a eleição de Collor, “passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia etc.” (2010, p. 119). Segundo ela, mesmo que o governo Collor não tenha tido tempo, em função do seu impeachment, de pôr em marcha a não ser muito timidamente o processo de privatização “[...] a referida pregação ganhou força inegável e passou a comandar todos os discursos” (Idem).

Quem assumiu após o impeachment de Collor foi seu vice Itamar Franco que, diante de uma situação inesperada, procurou criar uma base ampla de sustentação política para concluir o tempo que restava dos quatro anos de governo, o que levou a escolha de FHC como ministro da Fazenda.

Seu governo, portanto, estará marcado pelo lançamento do Plano Real que iria viabilizar a eleição de FHC para a presidência da República nas eleições seguintes, e onde constavam as propostas do

receituário neoliberal, como por exemplo: a de ajuste fiscal, o cumprimento das metas de inflação e a garantia do pagamento da dívida pública sob qualquer circunstância aos credores.

O período FHC e as privatizações

Do ponto de vista do interesse das classes dominantes, o governo de FHC tem o mérito de ter assumido a tarefa de colocar o Brasil sintonizado com as reformas exigidas pelo capital internacional e, segundo ele, fundamentais para inaugurar um novo período de estabilidade e crescimento para o país.

Desta forma o Plano Real, ganha força como mecanismo de controle da inflação e cria condições para que as privatizações sejam realizadas e para que a reforma do aparelho de Estado pudesse ser aprovada. Realizada em 1995, a reforma é um dos aspectos fundamentais na implementação do conjunto de políticas traçadas pelo governo FHC.

No PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) FHC se refere às privatizações ao criticar a tendência do Estado em assumir funções diretas de execução, afirmando que as distorções e ineficiências que daí resultou deixaram claro que reformar o Estado “[...] significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado, daí a generalização dos processos de privatizações de empresas estatais” (1995, p. 17).

FHC defende ainda, no mesmo PDRAE, a necessidade de transferência da atividade de produção para o setor privado nos seguintes termos: “Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa de produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente” (1995, p. 18).

Para ele a esquerda quando denunciava a “privatização” do Estado e se colocava contra o programa se igualava a direita que fazia a denuncia de que o Estado e a sociedade “[...] estão sendo vítimas da prática generalizada do *rent seeking*, da busca de vendas ou vantagens extramercados para grupos determinados através do controle do Estado” (1995, p. 19).

Sobre as privatizações do período, Oliveira (2010) comenta que:

[...] Fernando Henrique Cardoso realizou o que nem a Dama de Ferro tinha ousado: privatizou praticamente toda a extensão das empresas estatais, numa transferência de renda, riqueza e patrimônio que talvez somente tenha sido superada pelo regime russo depois da queda de Mikhail Gorbachev. (2010, p. 372).

Biondi (2003) toca em questões sensíveis ainda hoje, como por exemplo, o que denomina de mentiras arquitetadas e divulgadas pelo governo e reforçadas pela grande mídia que visavam denegrir tudo que se ligava a ideia de público e reforçasse a ladainha diária de que era necessário retirar do Estado a incumbência de administrar empresas, que isto era atribuição e só funcionava pela ação da iniciativa privada, que não havia outra opção para que o país fosse aceito no rol dos países capitalistas desenvolvidos no mundo.

A disposição de privatizar no período de FHC caracteriza-se como um momento exponencial de transferência do patrimônio público para a iniciativa privada na história do país, onde o caso da Companhia Vale do Rio Doce é emblemático e gerou grande polêmica pelo montante aceito como valor de compra no leilão de privatização.

Para Dória (2013), hoje, o mercado lhe atribui preço 60 vezes maior, ou seja, rondando os US\$ 200 bilhões. “[...] A companhia foi privatizada de forma perversa, atribuindo-se valor zero às suas imensas reservas de minério de ferro, capazes de suprir a demanda mundial por 400 anos” (DÓRIA, 2013, p. 70).

Já na privatização das empresas ligadas ao ramo das telecomunicações, o governo FHC alcança o ápice no que diz respeito à transferência do patrimônio público a iniciativa privada.

Após um período de rápido desenvolvimento de tecnologias e de todo o sistema de comunicações no país, e, as vésperas do que se prenunciava como de um grande salto na área da telefonia móvel – celulares e ampliação do uso da internet - o sistema Telebrás é privatizado em 1998.

As críticas à privatização do sistema vão, desde o questionamento de se desfazer de um “negócio” que iria sofrer uma grande transformação logo a seguir, até a questão estratégica relacionada à segurança nacional.

O processo de privatização do sistema Telebrás envolveu denúncias de corrupção no governo e a utilização de esquema de lavagem de dinheiro em “paraísos fiscais” que levou Jordão (2002) a escrever que: “No episódio das privatizações da Telebrás houve a série de grampos telefônicos revelando, no mínimo, uma torcida de membros do governo federal por certos grupos interessados na privatização” (JORDÃO, 2002, p.7).

Uma avaliação abrangente do processo de privatização no país e as consequências que gerou e ainda gera é feita por Petras (2013) ao afirmar que o Brasil testemunhou um dos mais gritantes retrocessos socioeconômicos da moderna história mundial: de uma dinâmica nacionalista de industrialização para uma economia exportadora primária, pois entre meados da década de 1930 e meados da década de 1980, o Brasil cresceu a uma taxa média de cerca de 10% no seu sector manufatureiro, em grande medida com base em políticas intervencionistas do estado, subsídios, proteção e regulação do crescimento de empresas públicas nacionais e privadas (2013, p. 01).

Segundo ele, mudanças no "equilíbrio" entre o capital nacional e estrangeiro (imperial) começaram a verificar-se a seguir ao golpe de 1964, aceleraram-se após o retorno da política eleitoral nos meados da década de 1980 tendo prosseguimento com a eleição de políticos neoliberais, especialmente com a eleição do regime Cardoso em meados da década de 1990, que teve um impacto devastador sobre setores estratégicos da economia nacional: a privatização generalizada foi acompanhada pela desnacionalização dos altos comandos da economia e a desregulamentação maciça de mercados de capitais (PETRAS, 2013, p. 1).

O autor avalia que o regime Cardoso preparou o cenário para o fluxo maciço de capital estrangeiro nos setores agro-mineral, financeiro, seguros e imobiliário. A ascensão das taxas de juro, como exigido pelo FMI, o Banco Mundial e o mercado especulativo imobiliário elevaram os custos da produção industrial. A redução de tarifas de Cardoso acabou com subsídios à indústria e abriu a porta a importações industriais. Estas políticas neoliberais levaram ao declínio relativo e absoluto da produção industrial (PETRAS, 2013, p. 01).

Para o autor, a eleição de Cardoso levou a uma ruptura decisiva com as políticas nacionais estatistas dos sessenta anos anteriores, e as políticas do seu governo “[...] deram um impulso decisivo à desnacionalização e privatização da economia, elementos essenciais na reconfiguração da economia do Brasil, e à ascendência do capital extractivo” (PETRAS, 2013, p. 03).

Seus dois mandatos, sem dúvida se caracterizam com o período de maior intensificação das privatizações em toda a história do país, e inclui inúmeras questões ainda hoje não totalmente esclarecidas envolvendo todo o processo.

O período Lula da Silva/ Dilma Rousseff e as concessões

A fase seguinte da trajetória das privatizações entre nós é a que se passa no período dos governos do PT (Lula da Silva – Dilma Rousseff), e incorpora no seu desdobramento a questão das concessões.

Os governos do PT assumiram a posição de que as concessões não se tratam de privatizações, pois a propriedade continua sendo do Estado que pode ou não renova-la após o fim do prazo definido no contrato.

Tanto Luiz Inácio Lula da Silva, nos seus dois mandatos, quanto Dilma Rousseff, nas duas campanhas eleitorais afirmaram que não privatizariam o que gerava insatisfação e resistência, maior ou menor, a cada anúncio de novas “concessões”, o eufemismo usado para justificar as privatizações.

Gurgel (2007) ajuda a caracterizar a compreensão que temos sobre o processo de privatização em curso, ao esclarecer sua abrangência enquanto um processo amplo, incluindo na sua argumentação não só a privatização propriamente dita, como também as delegações.

Ele esclarece que a privatização foi a forma mais contundente de passagem ao controle privado de muitos ativos público, “[...] mas há outras formas, designadas como delegação – as concessões e permissões -, que conceitualmente não privatizam os bens públicos, dado que não transferem as propriedade (GURGEL, 2007, p. 26).

Ele exemplifica, afirmando que é o caso das pontes, da energia, da telefonia, que não estão privatizados à luz do direito e da administração pública, mas sim delegados a título de concessões ou permissões. “[...] Mas não desconhecemos a diferença entre ativos e serviços privatizados e ativos e serviços delegados” (GURGEL, 2007, p. 26).

Neste trabalho também incluiremos na argumentação as delegações e correlatos, como inseridas no que estamos denominando de amplo processo de privatização em curso no mundo, no Brasil e em particular nas universidades públicas.

O texto de Petras (2013, p. 01), a que nos referimos anteriormente, amplia sua avaliação e realça que a vitória presidencial do autointitulado "Partido dos Trabalhadores", em 2002, aprofundou e expandiu o "grande retrocesso" promovido pelos seus antecessores neoliberais. O Brasil reverteu para tornar-se um exportador primário de commodities, como soja, gado, ferro e minérios que se multiplicaram, as exportações de material de transporte e manufaturas declinaram.

Assim, nas suas palavras, o Brasil tornou-se um dos principais exportadores de commodities extrativas do mundo. A dependência do Brasil das exportações de commodities foi ajudada e compensada pela entrada maciça e a penetração de corporações imperiais multinacionais e de fluxos de financeiros por bancos além-mar. Os mercados além-mar e os bancos estrangeiros tornaram-se a força condutora do crescimento extrativo e da morte industrial (PRETRAS, 2013, p. 01).

Petras (2013, p. 05) caracteriza o Brasil como o paraíso econômico do capital financeiro, pois, de acordo com os indicadores econômicos mais importantes, “[...] as políticas dos regimes Lula-Dilma foram as mais lucrativas para o capital estrangeiro além-mar e os investidores nos sectores agrominerais primários na história recente do Brasil”.

Ele registra que em comparação com o crescimento geométrico dos lucros de monopólio do setor extrativo, os miseráveis dois dólares por dia de Lula e Dilma, dados como subsídio para reduzir a pobreza, dificilmente permitem classificar este regime como "progressista" ou de "centro-esquerda" (PETRAS, 2013, p. 09).

Petras (2013, p. 11) avalia que a crescente rigidez estrutural do Brasil, sua transformação numa economia capitalista extrativa, potenciou e ampliou o âmbito da corrupção. A competição por contratos mineiros, concessões de terra e projetos gigantes de infraestrutura encoraja as elites dos negócios agrominerais a pagarem ao "partido no poder" a fim de assegurar vantagens competitivas.

Isto se verificou particularmente com o "Partido dos Trabalhadores" cuja liderança executiva (destituída de trabalhadores) era composta de profissionais em ascensão, aspirando a posições na classe da elite que encarava os subornos nos negócios para o seu "capital inicial" como uma espécie de "acumulação inicial através da corrupção" (PETRAS, 2013, p. 11).

Para ele a maior indignidade para aqueles que recebem esmolas de subsistência foi dizerem-lhes que, nesta sociedade de classe-casta, eles eram "classe média"; que faziam parte da imensa transformação social que retirou 40 milhões da pobreza, quando se arrastavam para suas casas com horas de tráfego, retornando de empregos cujo salário mensal pagava uma partida de tênis num clube de campo da classe alta (PETRAS, 2013, p. 15).

A privatização das Universidades Públicas na atualidade

Nesta nova fase do processo de privatização na história recente do país, pós-impeachment de Dilma Rousseff, esta é uma questão central que se coloca: A aceleração da privatização das Universidades Públicas.

Não é demais frisar que nossa compreensão é de que o segmento da educação, tido inicialmente como segmento pouco atrativo, diante da crise do capital passa a ser cobiçada pelo mercado, e, desde então, as universidades públicas estão submetidas a uma dupla apropriação: enquanto mercadoria e como setor público a serviço da acumulação privada ³.

Realizadas as privatizações de diversas áreas, segmentos e empresas ligadas ao setor público – como exemplo, a área de telecomunicações, o segmento dos bancos estaduais, inúmeras empresas públicas

(a Vale do Rio Doce a maior delas) –; garantida a divisão da área de saúde entre o SUS e os planos de saúde privados, os olhos do mercado se voltam à área de educação e ao que não conseguiram levar a cabo na década de 1990.

Esta nova fase das privatizações coloca, agora com toda transparência, a definição de que a área da educação no Brasil não será tratada desta vez como segmento pouco atrativo, porém como uma das prioridades do processo, tendo em vista as possibilidades de acumulação que possui para os representantes do Capital, em especial à educação superior.

A presença cada vez mais evidente de grupos estrangeiros ocupando espaço no ensino superior entre nós é uma evidência e, uma prova, de que concluíram que este é um dos principais segmentos capazes de proporcionar os índices de lucratividade desejados na atualidade, após o regalo que obtiveram nas fases anteriores com as privatizações nas áreas de telecomunicações, siderurgia e transportes, entre outras.

Avaliando a questão e buscando compreender a situação a que chegou o ensino superior no Brasil, a partir das alterações promovidas pelo governo de Lula da Silva, Rodrigues (2006) afirma que existem duas formas básicas da burguesia encarar a educação escolar: educação-mercadoria e mercadoria-educação, onde cada uma dessas perspectivas liga-se diretamente à forma assumida pelo capital em cada fase do circuito de sua valorização.

Ele afirma que essas duas maneiras de se encarar a educação, “[...] embora complementares, posto que ambas visem, em última instância, à valorização do capital, não são isentas de contradições [...]” (RODRIGUES, 2006, p. 01), caracterizando assim uma situação em que cada fração do capital buscará, junto ao Estado, lutar pela prevalência de seus particulares interesses privados.

Ao final do texto, entretanto, lembra que há uma convergência geral entre os interesses dos empresários do ensino e dos empresários industriais, que confluem e se materializam, mesmo que de forma às vezes conflituosa, nas ações do Poder Executivo, posto que:

[...] ambas as formas do capital têm na transformação da educação, isto é, uma relação social estabelecida entre homens, em mercadoria (mesmo que especial), isto é, uma forma fantasmagórica de relação entre coisas, a mediação para seu interesse mais geral – a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo. (RODRIGUES, 2006, p. 15).

Como afirmamos o processo de privatização da educação pública no Brasil, não começa com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e nem no período referencial deste trabalho, a década de 1990, ele vem de longa data e registra uma dura luta entre os defensores dos interesses privados e os diversos movimentos de defesa da escola pública na história do país.

A convocação da constituinte no Brasil na década de 1980, por exemplo, envolveu diferentes formas de organização da sociedade civil e disputas que se estabeleceram para influenciar seus rumos.

Exemplo disto foi aprovação do Art. 207 que consagra a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IES públicas que obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não deu para comemorar muito, pois, como fruto desta disputa, a duplicidade entre os interesses público e privado aparece logo no Art. 209 onde se afirma que o ensino é livre à iniciativa privada atendida a condição de cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Sobre a questão, Pinheiro (2005) vai afirmar que a destinação dos recursos públicos às instituições de ensino superior, estabelecendo que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público”, pouco acrescentou às mantidas pelos poderes públicos, mas para as universidades particulares significou a garantia de que continuariam recebendo recursos públicos.

Em relação ao setor privado, Pinheiro (2005) avalia que o texto da Constituição aprovado ampliou substancialmente os mecanismos de transferência de recursos públicos para a escola particular.

Ela avalia que além das verbas para as universidades comunitárias, aprovadas na Comissão de Sistematização, esses mecanismos aumentaram através, de pelo menos três dispositivos: “[...] na doação de bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio na escola particular, “quando houver falta de vaga e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando”; na definição sobre o salário-educação, quando estabelece que seja aplicado no ensino público fundamental, mas que “as empresas poderão deduzir desta contribuição a aplicação realizada com o ensino fundamental de seus empregados e dependentes”; e, “finalmente, na transferência de verbas públicas para as “atividades universitárias de ensino e extensão” (PINHEIRO, 2005, p. 282).

O Caderno Andes (2006) avalia que a partir da aprovação da constituinte, medidas antinômicas em relação à autonomia constitucional estavam sendo complementadas por uma enxurrada de medidas provisórias, decretos e portarias, que, em comum faziam avançar a intervenção governamental nas universidades públicas, exorbitando seu poder normativo às esferas que seguramente não são de sua competência: “[...] das diretrizes curriculares às linhas de pesquisa prioritárias, passando pela avaliação do que é dado a pensar na universidade” (2006, p. 13). Desde esta avaliação da publicação de 2006, a intervenção governamental só se ampliou.

Na elaboração e tramitação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi mantida a disputa entre interesses públicos e privados e, houve uma expectativa de que se aprovassem mecanismos que reduzissem o máximo possível, a abertura para a transferência de recursos públicos para as escolas privadas.

No entanto, a apresentação do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro levou a que o projeto aprovado recebesse de Saviani (2011) a avaliação de que o resultado final foi desastroso para os movimentos em defesa da escola pública e comemorado pelos empresários da educação privada. Nas suas palavras: “[...] aos olhos dos interesses privados, a lei resultou perfeita” (2011, p. 181).

O mesmo Saviani (2011) escreve que, para além do rótulo de “neoliberal”, a política educacional e a concepção da nova LDB com ela sintonizada, correspondem, com consciência ou não desse fato, “[...]”

ao entendimento que se tem difundido sob o nome de neoliberalismo, apesar das imprecisões e equívocos implicados nessa denominação [...]” (2011, p. 228).

Frigotto e Ciavatta (2003) avaliam que todo o processo de aprovação apresentava sinais de cartas marcadas: “Poderíamos dizer, sem exagero, que a nova LDB é uma espécie de *ex-post* cujo formato, método de construção e conteúdo se constituem em facilitador para medidas previamente decididas e que seriam, de qualquer forma, impostas” (2003, p. 18).

Os desdobramentos dos pontos essenciais aprovados na LDB, que presenciamos ainda hoje nas políticas da área educacional, confirmam esta avaliação de cartas marcadas, sobretudo pela acolhida e garantia de continuidade que têm recebido dos governos desde então.

Os acontecimentos que envolvem a aprovação da LDB dão o tom do que estava em curso a partir do governo FHC e da posse de Paulo Renato de Souza como seu ministro de educação.

Gaudêncio Frigotto, no prefácio do livro de Neves e Pronko (2008, p. 12) avalia que durante os governos FHC, tendo como ministro Paulo Renato de Souza quadro orgânico, talhado como dirigente de organismos internacionais, o governo Cardoso, da mesma forma que a ditadura civil-militar, “[...] efetivou uma mudança abrangente no arcabouço normativo da educação escolar da pré-escola à pós-graduação pra conformá-la, em seu conteúdo e gestão, às novas demandas do trabalho simples e complexo”.

Nas palavras de Frigotto (2010), Paulo Renato de Souza, ministro de FHC por oito anos: “[...] efetiva sob a ditadura do mercado as reformas educacionais que articulam os interesses das classes dos centros hegemônicos do sistema capital e, de forma associada e subordinada, da classe burguesa brasileira”.

É bom lembrar, mais uma vez, que esta concepção de educação está sintonizada com as políticas formuladas pelos organismos internacionais – tanto no que se refere ao financiamento, principalmente do FMI - Fundo Monetário Internacional, BM - Banco Mundial e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O mesmo acontece em relação ao que se passa quanto a regulação e assistência técnica, que derivam da atuação da ONU – Organização das Nações Unidas, OMC – Organização Mundial do Comercio, OIT – Organização Internacional do Trabalho, OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – com o propósito central de estabelecer acordos e metas a serem cumpridas pelos países membros.

Como exemplo desta articulada concepção de educação, citamos o acordo de Bolonha (1999), no plano mais geral, e o acordo MEC/USAID, na década de 1960, no plano específico do Brasil.

Tudo isto levou a que se proliferassem iniciativas que vem favorecendo, desde então, o avanço e a aceleração do processo de privatização nas universidades públicas brasileiras.

Neste contexto é fundamental atribuir um destaque especial ao papel chave desempenhado pelas fundações de direito privado, presença permanente nas universidades públicas brasileiras. Esta foi de saída, a mais importante iniciativa tomada pelos reitores, contando com o incentivo e a articulação do

Ministério da Educação, para viabilizar a abertura do espaço público das universidades públicas brasileiras ao interesse privado.

Elas chegam ancoradas em um discurso que reúne vários matizes políticos-ideológicos, próximos ao receituário aprovado na reforma do aparelho do Estado de 1995, e apoiado pela maioria das forças presentes no interior das próprias universidades públicas.

Uma das primeiras providências foi a de naturalizar o repetitivo discurso de acusação de excesso de burocracia nas universidades, pois, gerava lentidão nas decisões que causavam prejuízos e atraso nos procedimentos administrativos.

Outro argumento foi o de que a universidade pública custava muito aos cofres públicos e, portanto, deveriam buscar alternativas próprias de sustentação (leia-se vendas de serviços/produtos) para diminuir este impacto, com o benefício ainda de incentivar os docentes a buscar formas de complementação salarial no mercado desonerando a folha de pagamento.

Para seus defensores, as fundações assim seriam uma solução, pois, entre outros benefícios, possibilitariam contratação mais ágil de pessoal e a renovação dos quadros técnico-administrativos.

Com a naturalização desses argumentos ancorados na lógica da reforma gerencial promovida por FHC e pelo ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, presenciamos a cooptação dos reitores que, pressionados pelo MEC e pelas agências de financiamento, conformaram-se no processo do toma-lá-dá-cá.

O Caderno Andes (2006) aponta que, a partir do início dos anos 1980 e durante toda década de 1990, instalou-se nas universidades públicas um processo de privatização “por dentro”, caracterizada pela realização de negócios (venda de projetos, cursos pagos e outros serviços), organizados a partir de fundações privadas ditas de apoio, montadas à sombra da própria universidade.

Lembra ainda que neste período aprofundou-se a iniciativa de todos os governos em se desobrigarem do financiamento de políticas públicas, com o concomitante arrocho de verbas e salários nos serviços essenciais, e que isto “[...] forneceu terreno fértil para a proliferação de formas de privatização do espaço e dos bens públicos, em particular para o crescimento acelerado das fundações privadas no interior das universidades públicas” (CADERNO ANDES, 2006, p. 09).

Gregório (2015) lembra que desde a década de 1990, essas fundações ditas de apoio iniciaram, mesmo que de forma desregulamentada, um processo de “privatização por dentro” das IFES, caracterizado por estreitas relações com empresas privadas através de venda de projetos, criação de empresas juniores e de incubadoras de empresas e realização de cursos pagos (MBA’s e mestrados profissionais) entre outros (2015, p. 26).

O jornal *O Globo* ⁴, publicou matéria em 12/04/2015, no caderno Sociedade e com o título insuspeito de: Negócios suspeitos – Fundações universitárias são usadas para driblar licitações e viram alvo de investigações.

Segundo o jornal, há negócios que resultam em mais lucros para alguns agentes privados do que para a comunidade, por sofrerem com a falta de transparência, levando-o a afirmar que as fundações “são parte fundamental da caixa-preta das universidades”.

Na matéria as irregularidades apontadas, vão desde maquiagem da ausência de licitações, participação irregular de professores em convênios, existência de professores sócios cotistas de empresas conveniadas, intermediação de convênios federais com terceirização de serviços, até o recebimento de taxas de vestibulares, comercialização de livros e publicações de periódicos, entre outras.

A existência das fundações de direito privado no espaço público, ainda facilita o processo de terceirização na contratação de serviços, a semelhança do que já se tornara prática comum nas empresas privadas e cujo modelo havia se expandido pelo serviço público em geral.

O Caderno Andes (2006, p. 17) faz uma avaliação sobre as “fundações ditas de apoio às universidades públicas” e realça que a participação crescente de empresários nos círculos acadêmicos e mesmo em conselhos superiores da universidade e dos órgãos de fomento introduz mudanças que não podem ser secundarizadas, pois afetam diretamente as prioridades de pesquisa.

Neste ambiente altamente propício de negócios, a semelhança da iniciativa privada é que proliferaram os cursos pagos, um dos pilares centrais do processo de privatização em curso nas universidades públicas brasileiras.

Eles funcionam como chamariz junto a parte do corpo docente, que com a crise instalada no mundo e por tabela no país, tem levado a perda de poder aquisitivo dos salários cujos reajustes não repõem as perdas e, dessa forma, os cursos funcionam como compensação para a atualização de sua remuneração.

Eles se espalharam por todas as universidades públicas, principalmente as maiores e mais conhecidas no país, e aparecem relacionados aos cursos de pós-graduação *latu sensu* que são na sua maioria pagos, através da cobrança de diferentes modalidades de taxas aos alunos - inscrição e manutenção como exemplo -, que se convertem, via de regra, em altas mensalidades (a ironia é a denominação eufemística para elas de “investimento”, linguajar próprio do meio empresarial).

O traço político mais determinante de tais “investimentos” é que se utilizam da logomarca das IES públicas e de suas instalações para se legitimarem, pois, sem isso teriam pouca chance de sobrevivência no tão alardeado mercado.

Adiciona-se a tudo isto a atuação das agências de fomento CAPES e CNPq⁵, que especialmente a partir de 1997/98, durante o governo FHC, implantaram o sistema de avaliação, regulação e controle da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Acontece que os critérios desde então adotados por elas tem levado a um ambiente acadêmico onde predomina o pragmatismo e o utilitarismo alienante a que se submete grande parte dos professores.

Mancebo (2010) realça que a concepção produtivista que norteia a atuação da CAPES e CNPQ leva a uma situação que ao fim e ao cabo, o docente que consegue agregar ao seu salário, e à própria instituição, maior montante de recursos é o mais produtivo, competitivo e valorizado.

Para a autora o resultado dessa política tem se materializado num crescimento desmedido da produtividade acadêmica e contribuído para a hierarquização e privatização da universidade, pois à medida que os recursos disponíveis para a pesquisa são canalizados somente para alguns, eles passam a ser usados privativamente dentro da própria instituição pública, assim laboratórios, computadores, salas, auditórios e equipamentos servem apenas e exclusivamente aos grupos, núcleos e centros de pesquisa que captara verbas públicas (dos editais) para essa construção (MANCEBO, 2010, p. 83).

Para ela, envolvidos nesse ambiente de intensa produtividade, competitividade e empreendedorismo torna-se difícil a produção de um pertencimento coletivo que se dê pela percepção de que é preciso organização e mobilização para mudança do próprio sistema. “[...] Ao contrário, o padrão que é socializado dita raízes em práticas e valores individualistas, onde a competição é a regra” (MANCEBO, 2010, p. 85).

Conclusões:

Todo este quadro favorece a ação dos que agora ocupam o governo Temer e que são os responsáveis atuais pela implementação desta nova fase das privatizações na história do país.

Gurgel em texto de 2007 antecipava a questão, ao afirmar que “[...] a nova ordem não significa exclusivamente privatizar os entes públicos da administração direta, as sociedades de economia mista, as autarquias e fundações, mas privatizar tudo” (2007, p.19).

Ele acrescenta ainda no mesmo parágrafo, que privatizar tudo: “[...] Significa privatizar as relações de trabalho, a solidariedade social e de gerações (seguridade), a organização sindical, a ética, a consciência e, claro, o conhecimento” (GURGEL, 2007, p. 19).

É disto que se trata: privatizar tudo o que resta. As iniciativas do governo Temer confirmam esta disposição. As decisões até o momento encaminhadas aprofundam o processo de privatização do que ainda resta de público e estatal.

Assim é que a Petrobrás sofreu neste último ano de 2016 um ataque violento que visou, mais uma vez, denegrir a sua imagem e viabilizar a passagem do discurso de que só resta a privatização para salvar a empresa.

Com o mesmo objetivo de privatizar tudo é que o governo estabelece uma série de medidas como Plano de Demissão Voluntária (PDV), reestruturações administrativas, fechamento de agências e transformação de outras em postos de atendimento, para a CEF – Caixa Econômica Federal, BB – Banco do Brasil, ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, as principais.

O propósito nesta fase é aproveitar a conjuntura favorável e privatizar o que não foi possível fazer anteriormente, como tentou o governo FHC, mas não conseguiu levar a cabo na ocasião.

Este mesmo panorama é o que encontramos em andamento progressivamente nas universidades públicas onde o terreno preparado durante todos esses anos consolidou a passagem do discurso do empreendedorismo, do traslado para o seu interior de modelos da iniciativa privada através das agências

de Inovação, das incubadoras de empresas, das empresas juniores e das feiras de negócios, como exemplos.

Tudo isto a partir da ideia de se criar um ambiente que favorecesse a troca de experiências entre os agentes do mercado (leia-se iniciativa privada) e o espaço público, tomando como fator motivador a divulgação mais ampla possível de empreendimentos de sucesso.

Busca-se com isto difundir no país a antiga consigna de que é necessário incentivar o surgimento de novos empreendedores, nos moldes da tradição liberal, para que o sistema capitalista se reproduza, e isto é feito nivelando por baixo os argumentos e eliminando qualquer possibilidade de visão crítica sobre as diversas variáveis que estão presentes em qualquer empreendimento, principalmente, o risco de insucesso.

Segundo o Caderno Andes (2006, p. 16) foi necessário montar uma verdadeira operação de “convencimento” que levasse os professores a aceitarem ser um empreendedor em um contexto de recursos modestos: criando um sistema baseado em hierarquias; fazendo crer, através de um ritual pseudo-acadêmico que a prestação de serviço é “alta ciência”; e, erigindo um arcabouço ideológico para transformar o que há poucos anos era considerado antiacadêmico em critério de excelência.

Vale ainda citar o avanço da cobrança de taxas no interior das universidades públicas, naturalizadas que foram o que funciona como uma forma velada de obtenção de recursos para garantir o seu financiamento.

Em conclusão, quando nos referimos às privatizações como um processo amplo, isto inclui a avaliação de que na conjuntura atual pela qual passa o capitalismo monopolista hegemônico pela lógica neoliberal no plano mundial, o impulso da burguesia e de seus representantes responsáveis pela manutenção e sobrevivência do sistema é a de privatizar tudo.

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo atual modo de produção e os efeitos gerados no seu processo de reprodução e manutenção, implicam na escolha de formas exacerbadas para alcançar esses objetivos que, inevitavelmente, atentam contra a manutenção da vida, não importando os danos que possa causar ao planeta com seus recursos finitos.

Uma das decorrências disto é o uso progressivo de formas ampliadas de violência contra qualquer obstáculo que se coloca no seu caminho. Como depende estruturalmente do trabalho neste percurso, todas as alternativas que viabilizem as formas de extração de mais-valia – vital à sua reprodução e manutenção –, são validadas, e as maiores consequências se voltam contra a classe trabalhadora.

Classe esta que vai necessitar de disposição e organização para a luta na perspectiva de reversão deste quadro, caso contrário será responsável por pagar a conta com a perda de direitos arduamente conquistados e enfrentar as consequências imediatas, como o aumento das taxas de desemprego, que o processo em curso apresenta.

Bibliografia:

BIONDI, A. **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua.** SP: Editora Perseu Abramo, 2003.

FERNANDES, F., **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Prefácio José de Souza Martins, 5ª ed., SP: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, J. C. **A privatização nas universidades públicas brasileiras: o caso da UFF**. Orientador: Gaudêncio Frigotto, UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2015.

FRIGOTTO G. Projeto societário contra-hegemônico e educação no campo: Desafios de conteúdo, método e forma. In: MONARIM, Antonio. **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-46.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas/São Paulo: Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 24, nº 82, Abril de 2003, ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de ago. 2015.

GREGÓRIO, J. R. B. de. A universidade pública como parceira do capital: a constante necessidade de produzir inovações tecnológicas. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília/DF: Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XXIV, número 55, fevereiro de 2015.

GURGEL, C. **A gerência do pensamento**. SP: Cortez, 2003.

_____. A educação entre o valor e a mercadoria. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 39, fev. 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

JORDÃO, R. P. **Crime (quase) perfeito: Corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil**. SP: Ed. Perseu Abramo, 2002.

LIMA, H. **A política de privatização brasileira: a venda do patrimônio público ao capital estrangeiro**. Revista Princípios, n. 48, SP: Editora Anita, 1998.

MANCEBO, D. **Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização**

das relações e heteronomia acadêmica. Revista Portuguesa de Educação, v. 23, n. 2, p. 73-91 © 2010.

MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Conferência realizada no II Encontro de São Lázaro: Salvador, mimeo.; 2011.

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. O avesso do avesso. In: **OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessa no Brasil. In: **OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010

PETRAS, James. Brasil: **O capitalismo extractivo e o grande salto para trás**. Disponível em: <<http://resistir.info/>>. Acesso em: 29/07/2013. Recuperado em 10/09/2015.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o privado na educação: Um conflito fora de moda? In: **FÁVERO, O. (Org.) A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

RODRIGUES, José. Os empresários do ensino e a reforma da educação superior do governo Lula da Silva. 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-2023-Int.pdf>>. Acesso em 18/08/2015.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12. ed. Revista, Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana M.; MERLO, Alvaro R. Crespo. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Editora Juruá, 2013, pp. 231-236.

Documentos consultados

Cadernos Andes nº 23: Fundações privadas ditas de apoio às universidades públicas. Brasília: Janeiro – 2006.
PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Estado. Ministério da Administração e da Reforma do Estado, Brasília, 1995.

Notas:

- ¹ Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói – RJ – BR.
- ² Ver levantamento do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (www.diap.org.br) sobre projetos em tramitação no Parlamento que visam a possibilidade iminente de retirada, flexibilização ou eliminação de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo de sua história.
- ³ Ver a propósito a Tese de doutoramento que defendemos em 2015: FIGUEIREDO, J. C. **A privatização nas universidades públicas brasileiras**: o caso da UFF. Orientador: Gaudêncio Frigotto, UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2015.
- ⁴ O (in) suspeito jornal *O Globo*, já havia publicado em 08/06/2014, editorial em que defende “*O fim do ensino superior gratuito*”. Até por este motivo não se pode depreender com facilidade seu interesse em denunciar graves problemas na atuação das fundações nas universidades públicas, a não ser por se tratar de mais uma tentativa de denegrir a imagem de órgãos do serviço público junto à sociedade. A matéria em questão foi realizada em cinco estados brasileiros, em conjunto com os jornais: *Zero Hora*, *Diário Catarinense*, *Gazeta do Povo* e o *Estado de São Paulo*.
- ⁵ Em 1951, após movimentação da SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, criou-se o CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa (Lei n. 1.310) como órgão do aparelho estatal responsável pelo amparo e a coordenação da pesquisa científica em âmbito nacional. Logo após, ainda em 1951, é criada a CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (Decreto n. 29.714), com o objetivo inicial de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam o desenvolvimento do país.

Recebido em: 13/07/2017

Aprovado em 14/08/2017